



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Informação nº 11/2023 – Digem1

Processo nº: 998/2014

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD/DF

Assunto: Auditoria Operacional/Monitoramento

Ementa: Auditoria Operacional realizada na então Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF, que avaliou a concepção, a operacionalização e o monitoramento de desempenho do Programa Nota Legal. **Decisão nº 1.462/2015.** Determinações. Ofício nº 722/2015 – GAB/SEF. Plano de Ação. Monitoramento do cumprimento dos itens II e III da Decisão nº 1.462/2015. **Decisão nº 2.609/2022.** Determinação. Ofício nº 527/2022 – SEPLAD/GAB. Nesta fase: analisamos as informações prestadas, concluindo pela necessidade de nova determinação. Sugestões.

Senhora Diretora substituta,

Cuidaram os autos inicialmente da auditoria operacional realizada na Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF¹ para avaliar a concepção, a operacionalização e o monitoramento de desempenho do Programa Nota Legal, instituído pela Lei nº 4.159/2008² com o objetivo de aumentar a arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS (QN) por meio do incentivo à solicitação de emissão de Notas Fiscais.

¹ Tendo incorporado a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAD/DF em atenção ao art. 3º do Decreto nº 39.610, de 1º/01/2019, e, posteriormente, alterada sua nomenclatura para Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF, por meio do Decreto nº 40.030, de 20/08/2019; que, depois, foi seccionada em Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEFAZ/DF e de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD/DF, pelo Decreto nº 43.826, de 07/10/2022.

² **Lei nº 4.159/2008.** *Dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

2. Na Sessão Ordinária nº 4767, de 14/04/2015, a c. Corte de Contas exarou a **Decisão nº 1.462/2015** (peça 37), a seguir reproduzida com destaque referente à diligência objeto da fase atual:

Decisão nº 1.462/2015

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

(...)

II – **determinar à SEF/DF que:**

(...)

- 11) **passar a contabilizar no SIGGO o saldo e os créditos oriundos do Programa Nota Legal, bem como o resgate desses quando utilizados no abatimento do valor do débito de IPTU e IPVA, observando as orientações pertinentes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público; (...)**

(grifos nossos)

3. Impende-nos registrar que, nas fases subsequentes da auditoria, passamos a cuidar, nestes mesmos autos, do Monitoramento do cumprimento das determinações contidas nos itens II e III da Decisão nº 1.462/2015 (peça 37), tendo em conta o Plano de Ação apresentado pela jurisdicionada (fls. 5/9, peça 48).

4. Nesse mister, na Sessão Ordinária nº 5304, de 29/06/2022, a c. Corte de Contas, por intermédio da **Decisão nº 2.609/2022** (peça 232), deliberou nos seguintes termos:

Decisão nº 2.609/2022

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

(...)

II – *considerar atendido o item III da Decisão nº 4.845/2021;*

III – ***determinar à SEEC/DF que, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, informe sobre a conclusão das medidas que restam ser implementadas no âmbito de suas unidades técnicas a fim de se dar efetivo cumprimento à exigência expressa no item II.11 da Decisão nº 1.462/2015, reiterada pela última vez por intermédio do item III, “a”, da Decisão nº 4.845/2021 ou, não sendo possível, sobre os motivos que a impediram e o novo prazo para seu total adimplemento;***

IV – *autorizar:*

(...)

b) *o retorno dos autos à SEGEM, para os devidos fins.*

(grifos nossos)

5. A então Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF foi devidamente cientificada (peças 233/234) em 07/07/2022.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

6. A Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD/DF, sucessora da SEEC nestes autos³, por intermédio do Ofício nº 527/2022 – SEPLAD/GAB e anexos (peças 235/255), se manifestou em **06/12/2022** (peças 235/255).

Evento	Data	Peça(s)
Cientificação	07/07/2022	234
Termo inicial (<i>dies a quo</i>)	08/07/2022	-
Termo Final (<i>dies ad quem</i>)	05/12/2022	-
Manifestação	06/12/2022	235/255

7. Apesar de ter apresentado manifestação tão somente em 06/12/2022, temos que a c. Corte possa relevar o atraso de um único dia e dá-la por **tempestiva**, considerando para tanto, tomada a cientificação em 07/07/2022, a conformação do termo inicial em 08/07/2022 (*dies a quo*) e do final em 05/12/2022 (*dies ad quem*), tendo em conta os 150 (cento e cinquenta) dias aprazados.

8. Nesta fase processual, face ao item IV.b da Decisão nº 2.609/2022, analisaremos as informações então prestadas pela SEPLAD/DF (peças 203/225) em atenção ao item III daquele mesmo *decisum*.

ANÁLISE

9. Por meio do item III da Decisão nº 2.609/2022, a c. Corte de Contas determinou à então Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF (sucédida nestes autos pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD/DF) que, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, informasse sobre a conclusão das medidas que restavam ser implementadas no âmbito de suas unidades técnicas a fim de que se desse efetivo cumprimento à determinação do item II.11 da Decisão nº 1.462/2015, mediante a qual se exigiu a **contabilização no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO do saldo e dos créditos oriundos do Programa Nota Legal, bem como do resgate desses quando utilizados no abatimento do valor do débito do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU e do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor – IPVA**, observadas as orientações pertinentes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

³ Vide nota de rodapé nº 1.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

10. Por meio do Ofício nº 527/2022 – SEPLAD/GAB (peça 255), o Exmo. Sr. Secretário Ney Ferraz Júnior, após tecer considerações quanto à tempestividade de sua manifestação, no tocante ao item III.a da Decisão nº 2.609/2022 (II.11 da Decisão nº 1.462/2015), aduziu que (fls. 2/4, peça 255):

Ofício nº 527/2022 - SEPLAD/GAB

(...)

5. *Antes de adentrar o mérito da Decisão nº 2609/2022, pontuo que, nesta Pasta, a matéria em apreço insere-se nas competências da Subsecretaria de Contabilidade, recentemente remanejada à Secretaria Executiva de Finanças, conforme dispõe o artigo 8º, do [Decreto Nº 43.910, de 03 de novembro de 2022](#).⁴ No mais, a demanda perpassa pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, unidade integrante da Secretaria Executiva de Contratos e Tecnologia da Informação.*

6. *Sobre a Decisão nº 2609/2022, informo que os procedimentos de contabilização dos créditos oriundos do Programa Nota Legal foram definidos no Relatório Final (...) [peça 241], em 26 de dezembro de 2019, pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 344/2019, cujos procedimentos contábeis estão sendo observados por esta Pasta, consoante as manifestações da Secretaria Executiva de Finanças (Despachos SEPLAD/SEORC [...] [peça 247], SEFAZ/SEF/SUCON [...] [peça 246] e SEEC/SEF/SUREC/CBRAT/GBRAT [...] [peça 245]) e da Secretaria Executiva de Contratos e Tecnologia da Informação (Memorando Nº 1/2022-SEPLAD/SUTIC/INOVA/COSIF/DIRSF [...] [peça 250], Despachos SEPLAD/SPLAN/SUTIC [...] [peça 253] e SEPLAD/SPLAN/SUTIC/INOVA [...] [peça 251]).*

7. *No tocante às regras de integração entre o SIGGo e os sistemas da Subsecretaria da Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda - SUREC/SEFAZ, para a automatização da contabilização dos créditos tributários, pontuo que no Documento de Oficialização de Demanda, **referente à contabilização automática de renúncia de receita no SIGGo, essa tarefa foi iniciada** e está contida no Processo SEI nº 00040-00015219/2020-16, segundo a explicação do Despacho SEFAZ/SEF/SUCON/COPROC/GEAIS (...) [peça 240] e evidências do Despacho - SEEC/SEF/SUCON/COPROC/GEPRO (...) [peça 242] e dos Memorandos Nº 37/2021 - SEEC/SEF/SUCON/COPROC (...) [peça 243], Nº 41/2021 - SEEC/SEF/SUCON/COPROC (...) [peça 244].*

⁴ **Decreto nº 43.910, de 03/11/2022.** Dispõe sobre a alteração das estruturas administrativas da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal e da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal, e dá outras providências.

(...)

Art. 8º Fica remanejada para a Secretaria Executiva de Finanças, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal, mantida a estrutura de cargos e seus atuais ocupantes, a Subsecretaria de Contabilidade, da Secretaria Executiva de Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

8. Ademais, comunico que a automatização entre os sistemas SIGGo e o SICOB/RAID (sistema de gestão da cobrança da SUREC/SEFAZ), visando a contabilização automatizada de todos os créditos tributários, **encontra-se com seu cronograma em atraso**, tendo em vista a adoção dos procedimentos inerentes à contratação da empresa SORTech - Consultoria e Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas, sob o Contrato nº 44.087/2021, a qual informou que “necessitou alterar o prazo de entrega previsto na ordem de serviço 04. **A nova data será para o dia 24 de janeiro de 2023 com a entrega parcial** e em produção os relatórios necessários para trabalho da área SEEC/SUCON/COPROC/GEAIS”, conforme exposto nos Despachos -SEEC/SEF/SUREC/CBRAT/GBRAT (...) [peça 245] e SEFAZ/SEF/SUCON/COPROC/GEAIS (...) [peça 240].

9. Nesse contexto, cumpre-me esclarecer que o supracitado atraso da Ordem de Serviço terá impacto nas demandas OASIS 244/2021 - Contabilização automática de Renúncia de Receita, que inclui também os lançamentos dos créditos tributários, OASIS 245/2021 – Integração entre os sistemas SIAC/SIGGo com a Dívida Ativa e OASIS 246/2021 - Integração entre os sistemas SIAC/SIGGo e SISLANCA, consoante o Despacho SEFAZ/SEF/SUCON/COPROC/GEAIS (...) [peça 240].

10. Em tempo, aponto que foi juntado aos autos a Ordem de Serviço da empresa SORTech - Consultoria e Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas (...) [peça 252], responsável pelos serviços, segundo registrado no Despacho SEPLAD/SPLAN/SUTIC/INOVA (...) [peça 251].

11. Diante das explicações narradas acima, considerando que a entrega parcial em produção, com a finalidade de atender a Ordem de Serviço alusiva aos procedimentos inerentes à integração do SIGGo com o SICOB/RAID [peça 252], está prevista para 24 de janeiro de 2023 e, ainda, que a análise de viabilidade de implementação do consumo de dados junto ao SIGGo poderá levar mais 90 dias, a área técnica desta Pasta (Despacho SEFAZ/SEF/SUCON/COPROC/GEAIS [...] [peça 240]) **estima que o prazo para a conclusão das integrações e customização do SIGGo deverá ocorrer, aproximadamente, em 24 de abril de 2023, razão pela qual pontuo ser necessário que esse Egrégio Tribunal prorogue o prazo por mais 150 (cento e cinquenta) dias para conclusão dos trabalhos pertinentes.**

(...)

13. Ante o exposto, encaminho os autos, contendo as informações e os documentos que apresento para subsidiar o superior juízo dessa Corte de Contas, ao tempo em que solicito que:

a) os documentos sejam anexados aos autos do Processo TCDF nº 998/2014-e;

b) acolha as informações prestadas referentes ao Programa Nota Legal - PNL; e

c) **seja conferida, ao item III da Decisão nº 2609/2022, a prorrogação de prazo por 150 (cento e cinquenta) dias.**

(...)

(grifos adicionados)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

11. Compulsadas as informações prestadas (v. quadro abaixo) em face da determinação do item III da Decisão nº 2.609/2022, verificamos que **ainda não foi plenamente efetivada** a contabilização no SIGGO do saldo e dos créditos oriundos do Programa Nota Legal, bem como do resgate desses quando utilizados no abatimento do valor do IPTU e do IPVA, a despeito da notícia sobre sua tratativa.

Referência	Peça
Despacho – SEFAZ/SEF/SUCON/COPROC/GEAIS, de 11/11/2022.	240
Relatório SEI-GDF nº 1/2019 – SEEC/SEF/SUCON/COPROC, de 26/12/2019.	241
Despacho – SEEC/SEF/SUCON/COPROC/GEPRO, de 27/04/2021.	242
Memorando nº 37/2021 – SEEC/SEF/SUCON/COPROC, de 27/04/2021.	243
Memorando nº 41/2021 – SEEC/SEF/SUCON/COPROC, de 10/05/2021.	244
Despacho – SEEC/SEF/SUREC/CBRAT/GBRAT, de 25/10/2022.	245
Despacho – SEFAZ/SEF/SUCON, de 18/11/2022.	246
Despacho - SEPLAD/SEORC, de 21/11/2022.	247
Memorando nº 1/2022 – SEPLAD/SUTIC/INOVA/COSIF/DIRSF, de 18/11/2022.	250
Despacho – SEPLAD/SPLAN/SUTIC/INOVA, de 18/11/2022.	251
Ordem de Serviço da empresa <i>SORTech</i> Consultoria e Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas – Contabilização SIGGO	252
Despacho – SEPLAD/SPLAN/SUTIC, de 18/11/2022.	253
Nota Técnica nº 20/2022 – SEPLAD/GAB/UCI, de 22/11/2022.	254
Ofício nº 527/2022 – SEPLAD/GAB, de 28/11/2022.	255

12. Cumpre-nos destacar o anunciado início das ações atinentes à contabilização automática da Renúncia de Receita no SIGGO (§ 7º – fl. 3, peça 255) – frisamos, em fase inicial –; bem assim, o reportado atraso em seu processamento pela empresa *SORTech* – Consultoria e Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas, que alegou sobrecarga e interferência de tarefas; bem como projetou para 24/01/2023 a resolução **parcial** daquela demanda (peça 245), referindo-se especificamente à Ordem de Serviço – OS nº 004 (peça 252), que atenderia à satisfação da diligência em tela (§ 8º – fl. 4, peça 255, c/c §§ 4º/6º – fls. 1/2, peça 240).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

13. Importa-nos aduzir ainda que, além da previsão dada pela contratada *SORTech* para atendimento **parcial** daquela OS nº 004 (peça 252) **só em 24/01/2023**, a SEPLAD/DF consignou que “(...) *a análise de viabilidade de implementação do consumo de dados junto ao SIGGo* **poderá levar mais 90 dias** (...)” (grifos nossos – § 11, *ab initio* – fl. 3, peça 255) e salientou que a Gerência de Acompanhamento de Implementações de Sistemas Contábeis, da Coordenação de Procedimentos e de Controle de Sistemas Contábeis, da Subsecretaria de Contabilidade da Secretaria Executiva de Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – GEAIS/COPROC/SUCON/SEF/SEFAZ (peça 240) estimou “(...) *que o prazo para a conclusão das integrações e customização do SIGGo* **deverá ocorrer, aproximadamente, em 24 de abril de 2023** (...)” (grifos adicionados – § 11, *in fine* – fl. 3, peça 255).

14. Em suma, conforme a própria SEPLAD/DF reconheceu (peça 255), ainda que já se tenham posto em curso as ações para viabilizar a contabilização automática da Renúncia de Receita no SIGGO, essas ainda não se esgotaram e demandarão prazo razoável para atingir a completude desejada; de sorte que a diligência permanece sem cumprimento total e ensejará, também consoante requerido pela jurisdicionada, em nosso sentir, a sua renovação pela concessão de novo prazo para sua conclusão.

15. Sendo assim, com a prestação de informações (peças 235/255), é possível concluirmos pelo cumprimento das diligências insertas no item III da Decisão nº 2.609/2022. Porém, importando salientarmos que resta pendente, ainda que iniciada, a implementação (completa) daquela contabilização automática das renúncias de receitas no SIGGO, razão por que sugeriremos a sua renovação, tomando-se em conta o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias estimado.

CONCLUSÃO

16. Em face das informações da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD/DF (peças 235/255), dando conta (i) do andamento da contabilização no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO do saldo e dos créditos oriundos do Programa Nota Legal, bem como do resgate desses quando utilizados no abatimento do valor do débito do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU e/ou sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor – IPVA, ainda que em fase inicial e com atraso; concluimos pelo atendimento da diligência concernente a esta fase processual e sugeriremos à c. Corte de Contas que considere cumprida a determinação do item III da Decisão nº 2.609/2022.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

17. Nada obstante, tendo em conta que ainda não se findaram as providências para atender ao desiderato do item II.11 da Decisão nº 1.462/2015; bem assim, a fase em que se encontram as providências (inicial), o atraso reconhecido e ainda o prazo declinado para sua resolução, tão-somente em 24/04/2023, sugeriremos ainda à c. Corte de Contas que renove a diligência em tela, fixando-lhe prazo de 150 (cento e cinquenta) dias para que a SEPLAD/DF informe sobre a conclusão das medidas que restam ser implementadas no âmbito de suas unidades técnicas a fim de se dar efetivo cumprimento à contabilização no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO do saldo e dos créditos oriundos do Programa Nota Legal, bem como do resgate desses quando utilizados no abatimento do valor do débito do IPTU e/ou do IPVA ou, não sendo possível, sobre os motivos que a impediram e o novo prazo para seu total adimplemento.

SUGESTÕES

18. Ante o exposto, sugerimos ao Egrégio Plenário que:

- I. conheça do Ofício nº 527/2022 – SEPLAD/GAB (peça 255) e seus anexos (peças 235/254), da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD/DF;
- II. considere cumprido o item III da Decisão nº 2.609/2022;
- III. determine à SEPLAD/DF que, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, informe sobre a conclusão das medidas que restam ser implementadas no âmbito de suas unidades técnicas a fim de se dar efetivo cumprimento à exigência expressa no item II.11 da Decisão nº 1.462/2015 ou, não sendo possível, sobre os motivos que a impediram e o novo prazo para seu total adimplemento;
- IV. autorize:
 - a. a disponibilização desta instrução, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser adotada à SEPLAD/DF, para conhecimento;
 - b. o retorno dos autos à Segem para consecutórias medidas.

Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2023.

Assinado Eletronicamente

VAGNER DA SILVA LIMA

Auditor de Controle Externo

Matr. 638-6